

### 3

#### **Colocação do problema: composição e derivação e suas fronteiras difusas. Abordagens tradicionais e estruturalistas**

Nesse capítulo, apresentamos a visão de alguns dos principais gramáticos tradicionais de Língua Portuguesa (Said Ali, 1966; Bechara, 2001; Rocha Lima, 2005; Cunha & Cintra, 2001) sobre os processos de formação já mencionados, além do foco estruturalista (Câmara Jr., 1977; Monteiro, 2002), da visão de Basílio (2005,2006) sobre a composição e a derivação, assim como a de outros linguistas sobre a formação de palavras no português.

#### **3.1**

##### **A tradição gramatical**

As gramáticas normativas concordam, em geral, sobre a noção tanto da derivação quanto de composição. No que tange à primeira estrutura de formação, os gramáticos tradicionais a definem como o processo que produz novas palavras com o acréscimo de elementos formativos a vocábulos já existentes, alterando o sentido, sem, contudo, deixar de se relacionar ao significado da palavra primitiva. Quando o elemento ocorre no final do vocábulo, tem-se um sufixo e a derivação é sufixal; se ocorre antes da palavra derivante, temos um prefixo e chama-se o processo de derivação prefixal.

A composição, para esses estudiosos, é um processo que consiste na formação de um vocábulo pela junção de dois radicais que, ao se unirem, constroem um significado único, novo e constante, expressando uma idéia nova, não relacionada, por vezes, ao sentido originário dos elementos que \_ compõem o vocábulo, ou deles tomando uma noção superficial: *carta-branca*, *criado-mudo*, *pé-de-moleque*, *espírito-de-porco*.

No estudo sobre a composição, percebemos que essa formação tem em sua essência uma característica semântica de fusão dos elementos. Cunha & Cintra (2001) afirmam que, em uma palavra composta, o elemento determinado apresenta uma idéia geral, e o determinante, a noção particular. Em *mestre-sala*, por exemplo, *mestre* é determinado e *sala* é determinante e em *mãe-terra*, *mãe* é

determinante e *terra* é determinado. Apesar disso,

Nos compostos tipicamente portugueses, o determinado via de regra precede o determinante, mas naqueles que entraram por via erudita, ou se formaram pelo modelo da composição latina, observa-se exatamente o contrário – o primeiro elemento é o que exprime a noção específica, e o segundo a geral. Assim: agricultura= cultivo do campo, suaviloquência = linguagem suave e mundividência = visão de mundo. (p. 120)

Os gramáticos abrem espaço para observações que remetem à prefixação. Grande parte deles, ao discutirem sobre a prefixação, a enquadram em um processo de derivação.

Bechara (2001:357) afirma que os prefixos assumem valor semântico que fornece ao radical um novo significado, evidenciando, dessa forma, a “*sua natureza de elemento mórfico de significação externa subsidiária*” e toma esse fato como o gerador da inclusão, por vezes, da prefixação como composição.

Said Ali (1974:229) concorda que “*não está bem demarcada a fronteira entre a derivação prefixal e a composição*”, já que há prefixos que são usados isolados e outros não.

Cunha & Cintra (2001:98) parecem exemplificar essa afirmação ao explicar que se pode até diferenciar formações com prefixos que são “*partículas*”, (*des-* em *desfazer* ou *re-* em *repor*) dos que funcionam geralmente como itens independentes (*contra-* em *contradizer*, *entre-* em *entreabrir*). Assim, para os autores, “*no primeiro caso haveria derivação; no segundo, seria justo falar-se em composição*” (idem:98).

Constata-se que os autores analisados apresentam uma visão homogênea sobre os processos. Após as definições das formações, os gramáticos se preocupam em mostrar uma lista de radicais, prefixos, sufixos, pseudosufixos (Cunha & Cintra, idem), co-radicais (Rocha Lima, 2005), exaustivamente, buscando delimitar fronteiras sobre essas morfemas. Não obstante, esses autores não conseguem entrar num acordo sobre a classificação de determinados morfemas: *bi-*, *bis-*, *ambi-*, *hemi-*, por exemplo, são prefixos para Rocha Lima (2005) e Bechara (2001), mas são radicais para Cunha & Cintra (2001); *dis-* (má, difícil) é um radical para Bechara (idem), mas um prefixo para Cunha & Cintra (idem).

Caso interessante também é o do morfema *di-* (duplicidade, intensidade), que é tomado como prefixo em Bechara (2001) e Rocha Lima (2005) e *di-* (dois) é

um radical também para Bechara (idem) e Cunha & Cintra (2001), sendo que não podemos enquadrar como uma formação homônima, pois o autor duplamente citado utiliza o mesmo exemplo tanto para *di-* como prefixo quanto *di* com radical: dissílabo. Ou seja, não há definição precisa dos elementos.

Vale ressaltar que em nenhuma das gramáticas encontrou-se uma diretriz que ajude a elucidar as controvérsias entre composição de base presa, e prefixação.

### 3.2

#### O estudo estruturalista

O professor Câmara Jr. nos apresenta uma idéia diferente sobre os processos, divergindo dos teóricos tradicionalistas. Para ele, a derivação é a formação de um vocábulo “*por meio de um morfema que não corresponde a um vocábulo*” (1977:92) e adiciona ao termo uma idéia complementar que não modifica o significado fundamental, sendo essa função específica dos sufixos. Oferece a seguinte explicação para os prefixos em relação a posições:

São “*os que se antepõem ao semantema,*” (expressão utilizada por Câmara Jr. (1977) para se referir ao formativo vocabular com significado extralingüístico) e entram, pois, na classe de prefixo, salvo nos casos de parassíntese, em que os elementos antepostos correspondem a preposições, portuguesas ou latinas, e alteram fundamentalmente a significação do semantema; são, por isso, incluídos de preferência no processo de composição, embora muitos gramáticos incluam sufixos e prefixos na derivação, que passa a ser sufixal e prefixal (idem:ibidem)

Ou seja, para ele, a prefixação é composição porque muda o significado do semantema (do radical). Por isso, vale a pena conferir a definição de composição do autor, uma vez que reforça a idéia mencionada anteriormente:

Formação de uma palavra pela reunião de outras cujas significações se complementam para formar uma significação nova. (...) Os vocábulos que entram na composição podem apresentar-se numa forma variante daquela que figura como forma livre, por morfonêmica (*fruti-*, em vez de *fruto*, em *fruticultura*), ou podem só aparecer na língua como formas presas em compostos (*-fero* em *frutífero*, *agr-* e *-cola* em *agrícola*). Deste último tipo são os prefixos, quando não coincidem com preposições da língua (preposições *de* e prefixo

*de-*, etc) nem são variantes morfonêmicas de preposições (prep. *sob* e prefixo *sub-*, etc.); ex.: *ab-* (*abstrair*), *ex-* (*expor*) e assim por diante. (idem:76)

Mais uma vez o autor abre espaço para discutir a função do prefixo nas formações. Isso é resultado de o morfema em questão ser um fragmento adverbial em essência, modificando, assim, a significação primitiva, já que introduz sua noção adverbial.

Monteiro (2002), ao comentar os tipos de derivação nominal, faz a seguinte observação acerca da discussão:

Em breve confronto entre as duas posições, constatamos uma tendência acentuada para se incluir a prefixação no mecanismo da derivação. Com efeito, dos autores consultados cerca de 60% são dessa opinião... (2002:139) <sup>1</sup>

Monteiro (idem) ainda complementa, dizendo que na derivação deve ser incluída a prefixação, mas lembra que alguns prefixos são usados por vezes como formas livres ou formas dependentes. Cita como formas livres *contra-* (*contradizer*), *extra-* (*extraordinário*), *menos-* (*menosprezar*), e dependentes *com-* (*combater*), *sobre-* (*sobrevoar*), *entre-* (*entrecruzar*), estando no grau máximo de independência as construções braquiológicas *aula extra*, *cursar a pós*, *pegar o micrão*, *colocar no prezinho*. O autor ainda acrescenta que:

Aliás, inúmeros morfemas são inadequadamente considerados prefixos pelas gramáticas em geral. Parece-nos, por exemplo, contraditória a expressão prefixos gregos para elementos que produzem compostos à maneira de pseudo-médico ou hemisfério. Se um estudo criterioso de listagem dos prefixos ativos em português fosse realizado, a questão de saber se eles fazem parte do mecanismo da derivação ou da composição seria finalmente resolvida. (2002:55)

Ou seja, a produção de compostos por “prefixos” não é tão rara, sendo produtiva na língua portuguesa.

O estudo estruturalista, conforme foi visto, é o que mais acrescenta novas

<sup>1</sup> Alguns dos autores citados por Monteiro que defendem **prefixação como derivação** são: Evanildo Bechara (1999), Celso Pedro Luft (1971), Domingos P. Cegalla (1976), Celso Cunha (1972), Hildebrando Andre (1974), Ingedore Koch (1983), Francisco Savioli (1983), Luiz A. Sacconi (1982), Rocha Lima (1972), M. Said Ali (1966); enquanto que os que analisam a **prefixação como composição** são nomes como: J. Rebouças Macambira (1978), Mattoso Câmara Jr. (1968), Gaspara de Freitas (1956), Real Academia Española (1959), Napoleão Mendes de Almeida (1973), Ismael de Lima Coutinho (1976), Francisco da Silveira Bueno (1968)

informações sobre o processo de prefixação. Todavia, nesse estudo, os compostos de base presa não são focos de análise.

### 3.3

#### A abordagem de Basílio (1987)

Basílio (1987) analisa os processos e formação de palavras do mesmo modo que os autores das gramáticas no que tange à derivação, considerando que esse processo corresponde à junção de uma base a um afixo (sufixo ou prefixo); já, quanto à composição, a questão se modifica, pois essa “...*envolve a junção de uma base a outra base; não há elementos fixos, não há funções predeterminadas no nível dos elementos.*” (idem:29)

A autora faz uma observação específica aos compostos de base presa. Tais compostos, utilizados principalmente para denominações das linguagens científica e tecnológica, possuem limitações quanto aos radicais, que, por vezes, como informa a autora “*se tornaram tão comuns que estão em vias de se transformar em verdadeiros sufixos*” (idem:25), exemplo disso é *log-* em *patologia*, *gramatologia*, *psicologia*.

No aspecto semântico, a autora dá à derivação a característica de expressar noções comuns e gerais, enquanto a composição tem a função de categorizar mais particularmente o elemento representado.

Contudo, a contribuição de Basílio para nosso estudo se fará mais adiante.

### 3.4

#### O problema das definições

Tomando por base as definições apresentadas e alguns questionamentos já feitos até aqui, vamos centralizar agora o enfoque do tema de nosso estudo: até que ponto é viável considerar como prefixos os elementos iniciais de palavras como *contrabando*, *infraestrutura*, *entressafra*, *contra-regra*, *sobreaviso*? E, da mesma forma, podemos tomar formações como *eco-tábua*, *agronegócio*, *pseudomédico*, *retrovisor*, *biodiesel* como formações compostas?

Pelas definições vistas até aqui, *contrabando e sobreaviso* são mais aproximados de compostos do que de derivações. *Entre-* e *sobre-* são elementos que se assemelham a formas livres, pois apresentam postura semelhante à de bases nas formações. *Superar e contrário* são os casos em que as características dos afixos como bases são mais evidentes.

Em *eco-tábua e agronegócio*, por outro lado, as ocorrências em posição inicial são análogas às de um prefixo (posição anterior e acréscimo de significado).

Além disso, há ainda as formações de composições de base presa, o que torna mais complexa ainda a tarefa de discernir composição e derivação.

Formações como *psicologia, patologia, agricultura, e uniforme* apresentam problemas para os estudos de formação de palavras. Na palavra *psicologia*, por exemplo, tem-se *psique+log(os)* (alma+ciência), ou seja, duas raízes (característica da composição) que se unem, criando, nesses casos de bases presas, não uma visão metafórica, como acontece na maioria dos casos de composição, mas uma denominação científica de caráter terminológico. Adicionalmente, nessas formações, ocorre a reversão das posições, ou seja, o segundo elemento é o determinante (o que contém a noção particular) e o primeiro elemento é o determinado (elemento que apresenta a idéia geral).

O problema é que, ao se ter a definição de forma livre e de forma presa, acaba-se por restringir, de certa forma, as formas presas aos afixos, já que são dependentes, e, diferentemente das formas livres, não funcionam como comunicação suficiente, ou seja, só funcionam quando ligados a outros elementos.

É exatamente o que ocorre com esses radicais, que não constituem um enunciado quando isolados. Observando-se os vocábulos *contra-regra e biologia*, por exemplo, as questões que permeiam o dilema derivação X composição se torna\_ mais evidente\_ ainda. Em *biologia* há os radicais *bio* e *logia*, ambos formas presas, enquanto que em *contra-regra* existe a combinação de uma forma (possivelmente) livre com outra também livre.

Se houvesse uma análise que levasse em conta a produtividade e a autonomia morfológica, poderia ser dito que o primeiro vocábulo é derivado de uma prefixação, até mesmo devido ao grau de produtividade de *bio* e variantes à esquerda de outra base (*biografia, biólogo, biodiversidade, biodiesel*), tal qual um prefixo, ou ainda, que temos uma formação sufixal, pois as palavras formadas por

-logia, -fagia, -logo, também são altamente produtivas na língua e o comportamento dessas formas se assemelha ao dos sufixos.

Também a formação *contra-regra* leva a crer que se trate de uma composição, influência da autonomia de *contra* e da forma livre *regra*. Pode-se avaliar, num primeiro momento, que o que se consideraria uma composição pode também ser analisado como uma prefixação e vice-versa.

Como comenta Monteiro sobre esse tema (2002:141)

É comum afirmar que os vocábulos conectivos são vazios de conteúdo semântico e, por esse motivo, apresentam apenas um significado gramatical. Talvez não se possa aceitar essa generalização, pois enquanto as preposições *a* e *de* parecem desprovidas de significado lexical, outras como *sobre*, *contra* e *perante* são na verdade núcleos significativos. Por que não considerá-las raízes?

Além disso, outros critérios como produtividade e autonomia morfológica deveriam ser levados em conta para se distinguir a raiz de um simples prefixo. Se o morfe tiver significado sozinho num contexto frasal ou situação comunicativa, não constituirá forma presa. Com maior razão ainda, se ele for capaz de receber morfes derivacionais, produzindo vocábulos derivados.

Formações como *micro-ônibus*, *multifunções*, *multifaces* seriam analisadas de que forma? Derivação ou composição? São classificadas como composições, mas o comportamento de tais radicais, assim com *bio*, *eco*, *auto*, *aero*, etc., é de um prefixo, pois, além de se posicionar antes de um base, estes formativos atribuem uma idéia acessória e acrescentam a mesma idéia a outras bases, tal qual a maioria dos prefixos.

O usuário da língua, ao ver tais formas, usando a analogia, julgará serem de prefixação esses casos de composição, assim como julgará serem de derivação casos em que o radical se comporta como um sufixo: *ortografia*, *geografia*, *psicografia*, *homicida*, *vermicida*, *diálogo*, *monólogo*, *astrólogo*.

A questão que se coloca é: como analisar esses prefixos que se comportam como radicais? Como analisar supostos radicais que funcionam como prefixos?